

A pedagogia de Maria Montessori - Prática Pedagógica

Montessori (1966) defendeu, enfaticamente, a infância como um período fértil no qual as potencialidades se desenvolvem rapidamente. Para tanto, ressaltou a livre expressão e um ambiente adequado e motivador como fatores fundamentais para despertar a inteligência das crianças, de modo a prepará-las para a vida adulta. Ao considerar que a criança é um pequeno explorador do mundo ao seu redor, ressaltou a liberdade de ação nessa interação, para a qual propôs a educação dos sentidos como elemento importante no trabalho do professor. Sua proposta de trabalho teve grande aceitação no Brasil, já que priorizou um ambiente rico em estimulações que atendesse as necessidades infantis, conforme discutido a seguir.

Para Montessori o período da infância é extremamente importante na vida do ser humano, pois é identificando as necessidades e as especificidades desse período que se conhece o homem na sociedade. Por considerar esse momento relevante, devido às inúmeras possibilidades de aprendizagem, ela mesma teceu duras críticas à forma como a sociedade tratava os pequenos, sobretudo, por não reconhecer suas particularidades. Em suas pesquisas, Maria Montessori priorizou um olhar especial ao desenvolvimento das habilidades expressivas, cognitivas e motoras, traçando assim um paralelo com outros pesquisadores influenciados por Froebel (O inventor do Jardim de Infância).

Essa autora enfatizou que a sociedade não se preocupou, por muitos séculos com a criança, já que a ignorava e a deixava, exclusivamente, sob a responsabilidade da família; tratando-as como pequenos adultos, esta, por sua vez, oferecia-lhe somente os meios materiais e, muitas vezes, nem isso, exilando-a no mundo do esquecimento. Como consequência dessa indiferença, muitas crianças nasciam e morriam facilmente, sendo este considerado um fenômeno natural pela sociedade. As crianças eram totalmente esquecidas, sobretudo no que diz respeito aos seus direitos, “ Não há lugar para elas nas ruas onde se multiplicam os veículos e os passeios estão atulhados de pessoas apressadas. Os adultos não têm tempo de se ocupar delas porque vivem absorvidos pelas tarefas urgentes” (MONTESSORI, 1966, p. 13).

Essa indiferença não acontecia somente no âmbito familiar, mas também em outras instâncias sociais. As observações científicas realizadas nas escolas, por exemplo, demonstraram que, nessas instituições, as crianças estavam sujeitas a diferentes doenças causadas não só pela falta de higiene, mas também pelo trabalho ali desenvolvido. Desta maneira, um movimento social a favor da infância surgiu e se propagou no sentido de combater as inúmeras agressões cometidas contra as crianças ao longo dos séculos. Somente depois de se conscientizar sobre o número de óbitos entre as crianças, a sociedade passou a se organizar no sentido de cobrar da família e da escola os meios indicados pela ciência em relação aos cuidados com os pequenos. Apesar de seu trabalho ter se iniciado com crianças deficientes, Montessori defendia que entre essas e as normais, existiria uma diferenciação de comportamentos e aprendizagens somente no que diz respeito ao ritmo e ao tempo. Entre as deficientes, esses eventos aconteceriam de maneira mais lenta, enquanto que, entre as normais, esses eventos aconteceriam normalmente; tendo as duas a possibilidade de desenvolvimento e aprendizagem.

Montessori elaborou uma “Pedagogia Científica” a partir de sua experiência com crianças pobres, a qual foi desenvolvida no bairro de San Lorenzo, em Roma, e retratada em sua obra “A Criança”, a origem do seu método. Essa proposta baseava-se

na necessidade de se ir além do diagnóstico dos problemas educacionais, no qual a ideia era propor uma aprendizagem por meio dos sentidos, respeitando-se, sempre, a individualidade de cada criança e o ritmo do seu desenvolvimento.

De acordo com Angotti (2007), a perspectiva educacional constituída por Montessori (1965) sustenta-se na “Pedagogia Científica”, fundada na educação sensorial. O ideal de escola nessa pedagogia reside em propiciar e garantir as manifestações espontâneas e da personalidade da criança, de permitir e aflorar do livre desenvolvimento da atividade no ser humano em sua infância. A nova escola montessoriana, portanto, é bastante díspar da proposta implementada na Itália durante o regime fascista. Montessori propõe algo de novo para sua época, mas que se mantém inovador ainda hoje que constitui o método ativo para a preparação racional dos indivíduos às sensações e percepções. É a educação baseada no desenvolvimento dos sentidos, que guarda importante valor pedagógico e científico, já que o desenvolvimento dos sentidos precede o das atividades superiores intelectuais, segundo seus créditos (ANGOTTI, 2007, p. 105).

Por meio da observação, conseguiu compreender as manifestações das crianças no que diz respeito à concentração, quando essas interagem com os exercícios propostos. É importante ressaltar que a sua formação em medicina contribuiu para que defendesse uma educação voltada para o desenvolvimento humano com ênfase nos aspectos biológicos. O tripé “atividade-individualidade-liberdade” formava a base de seu trabalho e os estímulos externos eram considerados como determinantes para o desenvolvimento infantil. Desta maneira, afirmava que, independentemente da opção metodológica do professor, a ação educativa deve propiciar as “condições do ambiente que favoreçam a aparição dos caracteres normais que estejam ocultos na criança; para tal fim, basta apenas, afastar os obstáculos” (MONTESSORI, 1966, p. 201).

Um ambiente adequado, um bom mediador (Professor) e material científicos adequados, são os três pontos que podem auxiliar a criança nos momentos de aprendizagem. Somente um material que despertasse o interesse da criança poderia educá-la e estimulá-la no que diz respeito ao trabalho do professor na sala de aula, o ponto de partida para a promoção do desenvolvimento das manifestações espontâneas e da personalidade da criança deveria ser a observação e o estudo da mesma, em sua livre ação.

Assim, a metodologia utilizada valorizava a plena liberdade infantil e o estímulo à autonomia, já que: O método de observação há de fundamentar-se sobre uma só base: a liberdade de expressão que permite às crianças revelar-nos suas qualidades e necessidades, que permaneceriam ocultas ou recalçadas num ambiente infenso à atividade espontânea. Enfim, é necessário que, simultaneamente ao observador, coexista também o objeto a observar; e se, por um lado, faz-se mister uma preparação para que o observador possa entrever e recolher a verdade, por outro, urge predispor as condições que tornam possível a manifestação dos caracteres naturais da criança (MONTESSORI, 1965, p. 42).

Em sua pedagogia, o espaço físico e o ambiente são elementos importantes no cotidiano da sala de aula. Para Montessori, o padrão de mobília escolar, por exemplo, deveria corresponder à necessidade da criança de agir de maneira inteligente no espaço. A liberdade deve ter como limite, no entanto, o interesse coletivo. Isso quer dizer que cabe ao professor interferir quando a criança apresentar um comportamento que prejudica o outro. O objetivo, nesse contexto, é disciplinar o comportamento e não imobilizar a

criança ou torná-la passiva. O movimento da criança disciplinada torna-se, com o tempo, mais coordenado e perfeito, pois esta aprende a controlar os seus próprios gestos e, por sua vez, “A mestra tirará suas conclusões observando como as crianças substituem seus primeiros movimentos desordenados por movimentos espontâneos disciplinados” (MONTESSORI, 1965, p. 50). Para Araújo (2007), a liberdade dos alunos deve ser o pivô fundamental da pedagogia científica, pois permite o desenvolvimento das manifestações espontâneas individuais da criança.

O seu labor é feito de atividade, ela cresce com exercício e movimento: a criança exercita-se e move-se fazendo experiências e, assim como coordena os seus movimentos e vai registrando, vindas do mundo exterior, as emoções que plasmas sua inteligência, vai conquistando a linguagem com fadiga, com milagres de atenção e esforços iniciais, que só lhe são possíveis a ela (ARAÚJO, 2007, p. 127).

O propósito é possibilitar a livre movimentação, em sala de aula e conduzir a criança, paulatinamente, rumo à independência necessária rumo à autonomia. Um dos pilares da metodologia montessoriana é o exercício da escolha, ou seja, o desenvolvimento dessa habilidade permite as crianças o desejo de se tornarem independentes. É importante ressaltar que neste processo elas se desenvolvem cada uma em seu próprio ritmo, assimilando e construindo sua identidade individual. Por isso a importância de um ambiente bem organizado, que ofereça múltiplas oportunidades para que possam optar por uma ou outra atividade. O ritmo de cada criança deve ser respeitado, no momento desses eventos, uma vez que os prêmios e os castigos devem ser abolidos da sala de aula (MONTESSORI, 1965).

Premiar os melhores e punir aqueles que apresentam um comportamento inadequado não ajuda a criança a crescer, pois instiga nela a rebeldia. Na pedagogia montessoriana, a tarefa do professor é a de estruturar a classe de forma a dar significado às experiências da criança, desse modo, o plano de estudo “deve ser desenvolvido por antecipação como uma série de tarefas evolutivas que capacitam a criança quanto antes para o crescimento necessário” (ARAÚJO, 2007, p. 123).

A criação de um ambiente adequado, no entanto, só pode contribuir para o desenvolvimento da criança, se, acima de tudo, for higiênico, já que a saúde influi sobre o coeficiente psíquico da mesma. Portanto, “Urge construir um ambiente que comporte as melhores condições de higiene possíveis” (MONTESSORI, 1965, p. 62). Sendo prioritária uma organização espacial que promova a livre movimentação da criança, a educação dos movimentos se faz necessária no contexto da escola, uma vez que contribui, de maneira eficaz, para o desenvolvimento dos músculos e da personalidade infantil. Considerando-se a enorme mobilidade infantil, a educação dos sentidos, proposta por Montessori (1965), faz-se necessária no contexto da sala de aula, uma vez que, por meio dela, a criança se desenvolve não só cognitivamente, mas, sobretudo, fisicamente, e adquire novas aprendizagens. Dessa maneira, a educação sensorial precede as atividades intelectuais mais complexas, uma vez que, no período da infância, a inteligência está em plena formação. O desenvolvimento dos sentidos poderá auxiliar a criança mediante “[...] uma graduação e adaptação dos estímulos”; assim, deve-se “auxiliá-la na formação da linguagem, antes que esta esteja completamente desenvolvida” (MONTESSORI, 1965, p. 98).

No decorrer do desenvolvimento desta pesquisa pedagógica e partir dessas orientações metodológicas, a autora desenvolveu novas técnicas para os Jardins de Infância e para os primeiros anos do ensino formal, com o objetivo de estimular o desenvolvimento intelectual de crianças, em suas diferentes faixas etárias. Essa nova forma de conceber o desenvolvimento da criança e o modo como essa interage com o mundo que a cerca possibilitou a Montessori (1965) a criação de diferentes materiais para subsidiarem o seu método. Seu trabalho ficou conhecido tanto na Itália como em outros países e chegou ao Brasil por volta de 1910, expandindo-se nas escolas brasileiras durante as primeiras décadas do novo século. No Estado do Paraná, segundo Ratacheski (1953), foi por meio do trabalho da professora Joana Falce Scalco, entusiasta do pensamento montessoriano, que seu método foi implantado no segundo Jardim de Infância, no ano de 1911. Essa instituição, diferentemente das outras, optou por essa metodologia para o desenvolvimento do trabalho junto à criança pequena.

Apesar das reivindicações por novas instituições acontecerem entre as famílias mais abastadas, havia, também, o clamor para a abertura de novos estabelecimentos voltados para as crianças das classes menos favorecidas, já que o primeiro Jardim de Infância atendia uma população economicamente privilegiada, por conta da sua localização nas proximidades das regiões centrais das grandes cidades.

Assim, a educação dos sentidos constituiu a base do ensino nesse estabelecimento, haja vista que a educação sensorial permite descobrir e corrigir certos erros.

Montessori ressaltou em sua pesquisa a importância da formação do professor, para que este pudesse ter condições necessárias para conhecer cada criança e suas especificidades, uma vez que é ele quem possibilita a definição de seus próprios passos e de suas escolhas e a importância de um planejamento adequado, de acordo com o seu interesse natural. Assim, cabia ao professor à preparação do ambiente e a apresentação dos materiais, de modo a permitir à criança a livre movimentação e a liberdade de escolha dentro de cada atividade proposta; daí a importância do seu conhecimento acerca da criança por meio da observação de seus interesses e necessidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGOTTI, Maristela. Maria Montessori: uma mulher que ousou viver transgressões. In: FORMOSINHO; KISHIMOTO; PINAZZA (orgs).

Pedagogia (s) da Infância: dialogando com o passado, construindo o futuro. Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 95-113. ARAÚJO, Joaquim M. de; ARAÚJO, Albert F. Maria Montessori: infância, educação e paz. In: FORMOSINHO; KISHIMOTO; PINAZZA (orgs).